

País atrasa prestação

Dívida Externa

Quarta-feira, 08/4/92

de contas ao FMI

Helival Rios

A primeira prestação de contas do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI) poderá sofrer um atraso de até três meses, o que deverá significar, também, em contrapartida, um atraso na liberação da próxima tranche (parcela) dos empréstimos daquela entidade ao Brasil. O atraso na prestação de contas deve-se às dificuldades de agregação dos dados exigidos pelo Fundo envolvendo o governo central, cerca de 160 empresas estatais e mais de quatro mil municípios, além de dificuldades surgidas na aplicação da metodologia do FMI.

Exatamente para sanar essas dúvidas de natureza metodológica e evitar surpresas desagradáveis na prestação de contas referente ao primeiro trimestre de 1992, é que estará chegando amanhã ao Brasil uma pequena missão técnica do FMI, integrada por apenas dois representantes: o holandês Bob Traa e o mexicano Allan Ize.

Transparência

A missão do Fundo chega ao Brasil encarregada de discutir com os técnicos do Ministério da Economia e do Banco Central uma série de questões eminentemente técnicas surgidas na simulação de uma prestação de contas feita no Ministério da Economia, utilizando-se os dados referentes ao ano de 1991, e que favoreceram o Brasil em termos de cumprimento de metas.

Segundo informações apuradas ontem pelo **Jornal de Brasília** no Ministério da Economia, as intenções do governo, ao convocar uma

missão técnica do Fundo ao País, visam evitar qualquer surpresa desagradável, na hora da prestação de contas em razão de algumas inconsistências, garantindo, assim, um relacionamento transparente e de muita honestidade, de modo a não trazer nenhuma turbulência no relacionamento entre as partes.

Exemplos dessas questões de natureza metodológica diz respeito à contabilização das diferentes formas de "moedas" utilizadas na privatização (como Títulos da Dívida Agrária e debêntures da Siderbrás), isto é, a forma de considerar esse fluxo de recursos para a União. Pequenos detalhes dessa natureza podem dar, ao final das contas, diferentes resultados na apuração do **superávit primário** ou do **déficit operacional** do setor público.

Com a vinda dessa missão do FMI a Brasília, será possível chegar a um critério consensual na aplicação de metodologia para, a partir daí, proceder-se aos cálculos com relação aos resultados do primeiro trimestre de 1992.

De qualquer forma, em razão desses problemas metodológicos e das dificuldades na agregação de todos os dados, a prestação de contas relativa ao primeiro trimestre deste ano vai atrasar, devendo estar concluída, provavelmente, em junho, o que significa que o FMI também deverá atrasar a liberação da próxima parcela de empréstimo ao Brasil, de aproximadamente US\$ 200 milhões, e das parcelas subsequentes.

Segundo explicações concedi-

das ontem no Ministério da Economia, o governo brasileiro não está pleiteando uma mudança da metodologia do FMI, mas apenas buscando esclarecimentos quanto à aplicação dessa metodologia. Os conceitos utilizados pela metodologia do Fundo — destacou-se no Ministério — não estão sendo questionados.

Apesar também do atraso, o governo está convencido de que vai conseguir cumprir a essência das metas acertadas com o FMI, mesmo diante de um comportamento preocupante de queda do nível da arrecadação federal (tributária e da previdência), já que a esse movimento de queda tem se seguido, também, um movimento de contenção das despesas, notadamente das despesas com pessoal.

Outro ponto que chama a atenção em torno da prestação de contas para todo o ano de 1992, além da queda de receita, são as contas dos governos estaduais e das prefeituras. Alguns setores temem que possa haver, num ano de eleições municipais, um descontrole do endividamento público naquelas esferas do Executivo.

No Ministério da Economia, contudo, assessores do ministro Marcílio confiam no cumprimento do acordo da rolagem da dívida dos estados, que estabeleceu firmes mecanismos de controle da dívida. De qualquer modo, é possível que a missão do FMI tenha o seu interesse despertado para questões desse tipo, que podem tumultuar o cumprimento das metas fixadas no acordo com o Brasil.